

Lista de Fachin

Fernando de Holanda Barbosa

Professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV/EPGE)

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, relator da Operação Lava Jato, divulgou no último dia 11 de abril a lista de políticos, com foro privilegiado, a serem investigados pela Procuradoria-Geral da República. A lista, baseada nas delações premiadas de 78 executivos da Odebrecht, passou a ser conhecida pela Lista de Fachin (LF). Os políticos incluídos nessa lista são suspeitos de corrupção, aceitando dinheiro não contabilizado para o financiamento de eleições, conhecido como caixa dois, e (ou) pagamento por “serviços” prestados, como, por exemplo, aprovar medidas provisórias e intermediar a obtenção de contratos para a Odebrecht em empresas estatais.

A tabela, apesar de não incluir o universo dos investigados, mostra a abrangência da LF. O PT ocupa o primeiro lugar, o PMDB o segundo lugar, o PSDB o terceiro e o PP ocupa a quarta posição. Os presidentes da Câmara e do Senado fazem parte da LF. O presidente Temer, mencionado nas delações não foi incluído na LF porque, legalmente, como presidente da República não responde por fatos antes de assumir

a Presidência da República. Existe ainda a segunda Lista de Fachin daqueles que não têm foro privilegiado, na qual estão incluídos os ex-presidentes FHC, Lula e Dilma. O ex-presidente Collor faz parte da primeira lista porque é senador. Essa lista, caso as acusações sejam comprovadas, mostra a precariedade das nossas instituições. Como explicar esses fatos e o que fazer para que eles não se repitam?

Antes de responder a esta pergunta cabe fazer algumas obser-

vações. A primeira é de que o PT prestou um grande serviço ao país com a Operação Lava Jato. O mecanismo montado pelo PT, na Petrobras, para o financiamento de suas campanhas eleitorais, descoberto por obra do acaso com a prisão de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, permitiu que se conhecesse toda a relação incestuosa entre as empreiteiras e os partidos políticos. Em segundo lugar, o PT que se apresentava como defensor da ética e da moral mostrou que o voluntarismo na prática não funciona. Em terceiro lugar, muitos políticos alegam que o crime de caixa dois deve ser diferenciado do crime de corrupção. O caixa dois não seria tão grave quanto a corrupção. Nessa questão concordo com o juiz Sergio Moro que afirmou que roubar a eleição é mais grave do que roubar para comprar uma bolsa Louis Vuitton. Ademais, o que um político faz quando sobra dinheiro do caixa dois? Devolve ao doador ou embolsa para usá-lo a seu bel-prazer?

A teoria econômica, desde as contribuições de Gary Becker, Prêmio Nobel de Economia de 1992,

Partidos políticos	Número de políticos investigados
PT	20
PMDB	16
PSDB	13
PP	9
PSP,DEM	5
PR,PSB	4
PCdoB,PRB	3
PMN,PPS,PTB,PTdoB,PTC	1

usa o arcabouço da escolha para entender o comportamento humano em atividades ilegais, como corrupção, crime, uso de drogas etc. O político, como qualquer pessoa, toma decisões baseado no seu próprio interesse. Ele calcula os benefícios e os custos de cada decisão. O principal benefício do caixa dois é sua eleição. O custo do caixa dois é o valor esperado de ser descoberto praticando um ato ilegal e a pena correspondente. Pelo visto esse custo era bastante baixo, pois um grande número de políticos brasileiros usou esse expediente.

O que fazer para impedir a repetição da corrupção desenfreada nas eleições? Reduzindo o benefício e aumentando o custo para o político. O benefício pode ser reduzido pela perda do mandato respectivo, e o custo aumentado estabelecendo que esse político se torne inelegível

A existência do caixa
dois pressupõe um
doador de recursos. Este
também deve ser punido,
para que ele pense duas
vezes antes de fazer essa
operação ilegal

pelo resto de sua vida. A existência do caixa dois pressupõe um doador de recursos. Este também deve ser punido, para que ele pense duas vezes antes de fazer essa operação ilegal. A qualquer empresa, ou pes-

soa física a ela ligada, que faça esse tipo de doação, não será permitido fazer qualquer negócio com o setor público o resto da vida.

Essas ideias são inspiradas no caso de Spiro Agnew, vice-presidente americano, de 1969 a 1973, quando Richard Nixon era o presidente. O mecanismo da delação premiada levou os promotores americanos a descobrirem que Spiro Agnew tinha recebido propina desde o tempo em que era governador do estado de Maryland. A pena dele não foi a cadeia, mas a renúncia, com a confissão de culpa e o compromisso, por escrito, que jamais se candidataria a qualquer cargo público.

A Lista de Fachin é o retrato do comportamento de políticos brasileiros no passado. O futuro pode ser diferente se mudarmos as regras do jogo, isto é, as instituições. ▼



CONJUNTURA ECONÔMICA

Assinaturas e renovações

conjunturaeconomica@fgv.br

Rio de Janeiro:
(21) 3799-6844

Outros estados:
08000-25-7788 (ligação gratuita)